

PREGÃO ELETRÔNICO

90162/2026-23 - site: www.compras.gov.br

0162/2026-23 - site: www.dnit.gov.br

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (UASG 393023)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, A SEREM PRESTADOS SOB DEMANDA, COMPREENDENDO, DE FORMA INTEGRADA: ASSESSORIA TÉCNICA EM VIAGENS INSTITUCIONAIS; COTAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS; RESERVA DE VOOS; EMISSÃO DE BILHETES; ALTERAÇÃO E REMARCAÇÃO DE PASSAGENS; CANCELAMENTO DE BILHETES; SOLICITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE REEMBOLSOS; SUPORTE OPERACIONAL CONTÍNUO; E, GERAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS E FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO TOCANTINS (SRE/TO).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 14h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO

Modo de disputa:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

**Sumário**

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS.....	20
9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	21
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
12. DOS CONSÓRCIOS.....	24
13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES.....	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	28

[https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador.php?](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=25969540&arvore=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade=1)

[acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=25969540&arvore=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade=1](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=25969540&arvore=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade=1)
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO FAMILIAR QUE IMPORTE A PRÁTICA DE NEPOTISMO..... 30

EDITAL Nº 90162/2026-23/ 2026 /DNIT, DE 11 DE MAIO DE 2026

Processo nº 50623.000378/2026-00

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90162/2026-23

(Processo Administrativo nº 50623.000378/2026-00)

Torna-se público que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por meio do do Serviço de Cadastro e Licitações, sediado na Avenida JK, Quadra 103 Sul, ACSO 01, Conjunto 01, Lote 41-A, Edifício JK Business Center 18º andar, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços contínuos de agenciamento de passagens aéreas nacionais, a serem prestados sob demanda, compreendendo, de forma integrada: assessoria técnica em viagens institucionais; cotação de passagens aéreas; reserva de voos; emissão de bilhetes; alteração e remarcação de passagens; cancelamento de bilhetes; solicitação e acompanhamento de reembolsos; suporte operacional contínuo; e, geração de relatórios gerenciais e financeiros para atendimento das necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Tocantins (SRE/TO)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por dois (02) itens: Item 1: Taxa de administração por transação (objeto da disputa); Item 2: Repasse dos valores de tarifas, taxas de embarque e demais encargos cobrados pelas companhias aéreas (não sujeito à disputa), conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Sociedades cooperativas;

2.7.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.13. Pessoas físicas.

2.7.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação da propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.1. No item licitado, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.5.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3., 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do grupo.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.20.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.1. Empresas brasileiras;
- 6.21.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22.1. O sorteio será gravado e anexado aos autos do processo licitatório;

6.22.2. A comissão de licitação será responsável por elaborar ata do sorteio, submetendo à assinatura dos presentes, sendo a mesma posteriormente divulgada e anexada aos autos do processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.5. deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:
- 8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.
- 8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. O prazo do item 9.2 poderá ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. Fraudar a licitação;
- 11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. Advertência;
- 11.2.2. Multa;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: **scl.to@dnit.gov.br**.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES**
- 13.1. O DNIT, por intermédio da Instrução Normativa nº 77 de 14 de dezembro de 2021, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinadas a orientar a prevenção de ocorrência de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas

diretamente ou por meio de concessão.

13.2. No caso de serviços e fornecimentos de grande vulto, conforme art. 6º, inciso XXII, c/c art. 25, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 17, inciso V da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a contratada deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

13.3. A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, bem como aceder ao Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT – ANEXO III.

13.4. O DNIT, com amparo no artigo 57, inciso XIII, alíneas “a” e “b”, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, poderá conduzir diligências antes da contratação, visando a prevenção, redução e mitigação de riscos à corrupção e à fraude.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A contratada deve observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

14.2. Para que ocorra o pagamento, o Contratado deverá entregar à fiscalização do contrato, via peticionamento eletrônico no SEI, toda a documentação comprobatória da execução dos serviços com anuência expressa da empresa supervisora, se está existir no acompanhamento do contrato ou justificativa quanto à falta de manifestação da empresa supervisora;

14.3. O processo de pagamento deverá ser integralmente instruído pela fiscalização do contrato até o 5º (quinto) dia útil a partir do término do período da medição, desde que todos os documentos de responsabilidade do Contratado sejam entregues em tempo hábil;

14.4. O pagamento será creditado em nome do Contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicado, uma vez satisfeitas as condições previstas neste contrato, no edital e nos normativos do DNIT, após a execução do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da medição efetuada.

14.5. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes/>.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.15.1. Anexo I - Termo de Referência (SEI nº 24687849)

14.15.2. Anexo II - Minuta do Termo de Contrato

14.15.3. Anexo III – Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção

14.15.4. Anexo IV - Declaração de inexistência de relação familiar que importe a prática de nepotismo

(Assinado eletronicamente)
LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA
Superintendente Regional - SRE-TO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA SEI nº 24687849

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS

CONTRATO Nº XXXX/2025-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E A EMPRESA

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação do serviço de agenciamento de passagens aéreas nacionais, a serem prestados sob demanda, compreendendo, de forma integrada: 1. assessoria técnica em viagens institucionais; 2. cotação de passagens aéreas; 3. reserva de voos; emissão de bilhetes; 4. alteração e remarcação de passagens; 5. cancelamento de bilhetes; 6. solicitação e acompanhamento de reembolsos; 7. suporte operacional contínuo; e, 8. geração de relatórios gerenciais e financeiros	3719	Unidade	150		
2	Repasse dos valores das passagens (valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos)*	3719	Unidade	150		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e ainda:

6.2. A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente por taxa de administração por transação, incidente apenas sobre: emissão de bilhete; alteração/remarcação efetivada; cancelamento concluído.

6.3. Atos preparatórios (cotação, simulação, assessoria, reservas não utilizadas) não geram direito a pagamento.

6.4. São vedadas: cobrança de mensalidade; comissão; valor mínimo; markup sobre tarifas; qualquer rubrica não prevista neste TR e no ETP, seu apêndice.

6.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.10.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.10.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 6.13. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 6.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 6.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.21. Para que ocorra o pagamento, o Contratado deverá entregar à fiscalização do contrato, via peticionamento eletrônico no SEI, toda a documentação comprobatória da execução dos serviços com anuência expressa da empresa supervisora, se está existir no acompanhamento do contrato ou justificativa quanto à falta de manifestação da empresa supervisora;
- 6.22. O processo de pagamento deverá ser integralmente instruído pela fiscalização do contrato até o 5º (quinto) dia útil a partir do término do período da medição, desde que todos os documentos de responsabilidade do Contratado sejam entregues em tempo hábil;
- 6.23. O pagamento será creditado em nome do Contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicado, uma vez satisfeitas as condições previstas neste contrato, no edital e nos normativos do DNIT, após a execução do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da medição efetuada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e ainda:
- 7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026.
- 7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD E À POLÍTICA DE SEGURANÇA

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. O Contratado deverá observar a Portaria DNIT 1.745 de 29 de março de 2021, que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do DNIT, e suas normas complementares, devendo ainda:

10.13.1. Tomar conhecimento da POSIC;

10.13.2. Fornecer listas atualizadas da documentação dos ativos, licenças, acordos ou direitos relacionados aos ativos de informação objetos do contrato; e

10.13.3. Fornecer toda a documentação dos sistemas, produtos, serviços relacionados às suas atividades.

10.14. O Contratado deverá divulgar as disposições contidas na POSIC e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT, cabendo aos usuários:

10.14.1. Conhecer e cumprir todos os princípios, diretrizes e responsabilidades da POSIC, bem como os demais normativos e resoluções relacionados à SIC;

10.14.2. Obedecer aos requisitos de controle especificados pelos gestores e custodiantes da informação; e

10.14.3. Comunicar os incidentes que afetam a segurança dos ativos de informação e comunicações à ETIR.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e ainda:

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3.4. Multa:

12.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

12.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.3.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.3.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

12.3.4.7.1. Infrações específicas enquadráveis na alínea “a”:

I – descumprimento não reiterado de prazos procedimentais que não acarrete prejuízo relevante à execução contratual nem ao atendimento do objeto;

II – falhas formais em documentos (ex.: relatórios, comprovantes, comunicações) sem repercussão material sobre o resultado do serviço;

III – não observância pontual de requisitos acessórios previstos no TR ou no contrato, desde que não afetem a conformidade tarifária, o atendimento ao usuário interno ou a rastreabilidade das operações;

IV – omissões eventuais em registros de atendimento ou protocolos, desde que não recorrentes e não impeditivas do exercício da fiscalização;

V – desalinhamentos operacionais iniciais, como falhas pontuais na integração com o SCDP, corrigidas sem impacto para a Administração.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 de Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.620/23, fica desde já estabelecido que este contrato será válido e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (b) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. Neste caso, a data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital das partes integrantes do contrato ocorrer.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2026.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

ANEXO III - TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

(DNIT) Nº ____/20__

O DNIT e a CONTRATADA concordam que, durante a execução deste contrato, atuarão em conformidade com ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção e à fraude, em especial a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420/2015; e se comprometem a cumpri-los na realização de suas atividades, bem como se obrigam a não executar nenhum dos atos lesivos dispostos no artigo 5º da referida Lei.

A CONTRATADA declara que: tem conhecimento da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37001 – Sistemas de gestão antissuborno; e:

1) não realiza, não oferece; e não autoriza:

a) qualquer pagamento ou promessa de pagamento como suborno;

b) entrega de presente(s);

c) concessão de entretenimento(s);

d) fornecimento ou pagamento de refeição(ões), hospitalidade(s) ou qualquer outra vantagem direta ou indireta para o uso ou benefício de qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares e:

2) não concede benefício direto ou indireto de partido político, de candidato a cargo eletivo, ou de qualquer outro indivíduo a qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares.

A CONTRATADA declara conhecer as normas que combatem e proíbem atos anticoncorrenciais e de corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) e a Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) – em conjunto, aqui denominadas “Leis Anticorrupção” – e se compromete a cumpri-las fielmente, por si, bem como por seus executivos, sócios, diretores, coordenadores, representantes, administradores e colaboradores, assim como exigir o seu fiel cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

A CONTRATADA declara e garante, durante a execução deste Contrato, que:

1) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não ocupam cargo, emprego ou função no DNIT ou em empresa prestadora de serviço no DNIT;

2) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não possuem parentesco, até o terceiro grau, com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, dentro da unidade administrativa do DNIT que promova a licitação ou com ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do DNIT;

3) Nos demais casos de parentesco, até o terceiro grau, de seus atuais sócios administradores, controladores, dirigentes com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função no DNIT, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, declara que o parentesco não teve poder de influência na contratação;

4) Que eventual ex- ocupante de cargo, emprego ou função do DNIT que venha a integrar a CONTRATADA, seja na qualidade de administrador, sócio, controlador ou dirigente, tenha rompido seu vínculo com o DNIT há pelo menos 6 (seis) meses, obrigando-se a CONTRATADA a informar por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis ao DNIT qualquer nomeação de seus representantes em quaisquer das hipóteses elencadas.

5) manterá uma política ativa de compliance compatível com a natureza, o porte, a estrutura, a complexidade, o perfil de risco e o modelo do objeto aqui contratado.

O não cumprimento pela CONTRATADA da legislação anticorrupção e/ou disposto neste Contrato, durante a execução deste, será considerado infração grave e conferirá ao DNIT o direito de, agindo de boa-fé:

1) instaurar procedimento de apuração de responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 8.420 e da Instrução Normativa CGU nº 13/2019; e

2) rescindir o Contrato, após o devido processo legal, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

A CONTRATADA se comprometerá ainda a:

- 1) Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT a todos os funcionários da empresa;
 - 2) Cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública e
 - 3) Denunciar ao DNIT qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.
- E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO FAMILIAR QUE IMPORTE A PRÁTICA DE NEPOTISMO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO FAMILIAR QUE IMPORTE A PRÁTICA DE NEPOTISMO

Declaro para todos os efeitos legais que conheço o disposto na PORTARIA Nº 5.919, de 09 de outubro de 2025, que trata sobre prevenção ao nepotismo no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Declaro que NÃO POSSUO relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau inclusive (conforme anexo II da PORTARIA Nº XXX, DE DIA DE MÊS DE ANO), com Ministro de Estado, ou ainda, com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que importe a prática de nepotismo.

Declaro que, em caso de ser contratado como terceirizado, que também não possui familiar que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

Declaro que todos os meus familiares (tanto servidores, estagiários, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, assim como terceirizados) que exercem atividades no DNIT estão relacionados no quadro abaixo:

Dados do Familiar				
Nome (do familiar que exerce suas atividades no DNIT)	Parentesco (de acordo com o Anexo II)	Cargo ou Função Comissionada (ocupada por servidor, caso se aplique)	Situação Funcional (servidor, estagiário, terceirizado, outros)	Lotação (local de lotação do familiar agente público ou terceirizado)

Declaro que a situação de possuir familiares exercendo atividades na entidade, não configura conflito de interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Declaro ainda ter ciência da obrigatoriedade de informar sobre alterações na relação familiar ou de parentesco enquanto estiver exercendo cargo em comissão ou função de confiança no DNIT.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Ehret Garcia, Superintendente Regional no Estado do Tocantins**, em 11/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24704506** e o código CRC **A17B2750**.

Referência: Processo nº 50623.000378/2026-00

SEI nº 24704506



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Quadra 103 Sul, ACSO 01, Conjunto 01, Avenida JK, Lote 41-A, Edifício JK Business
Center 18º andar
CEP 77015-012
Palmas/TO |

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - TO

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	393023-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - TO	FRANCISCO CARLOS ARAGAO ALVES	08/05/2026 01:40 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	30/2026	50623.000378/2026-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 50623.000378/2026-00)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação serviços contínuos de agenciamento de passagens aéreas nacionais, a serem prestados sob demanda, compreendendo, de forma integrada: assessoria técnica em viagens institucionais; cotação de passagens aéreas; reserva de voos; emissão de bilhetes; alteração e remarcação de passagens; cancelamento de bilhetes; solicitação e acompanhamento de reembolsos; suporte operacional contínuo; e, geração de relatórios gerenciais e financeiros para atendimento das necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Tocantins (SRE/TO), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), seu apêndice.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação do serviço de agenciamento de passagens aéreas nacionais, a serem prestados sob demanda, compreendendo, de forma integrada: 1. assessoria técnica em viagens institucionais; 2. cotação de passagens aéreas; 3. reserva de voos; emissão de bilhetes; 4. alteração e remarcação de passagens; 5. cancelamento de bilhetes; 6. solicitação e acompanhamento de reembolsos; 7. suporte operacional contínuo; e, 8. geração de relatórios gerenciais e financeiros	3719	Unidade	150	R\$ 5,00	R\$ 750,00

2	Repasso dos valores das passagens (valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos)*	3719	Unidade	150	R\$ 2.995,00	R\$ 449.250,00
TOTAL						R\$ 450.000,00

1.2. O valor apresentado no item 2 é apenas uma estimativa com base no histórico desta SRE/TO para fins de planejamento e composição do valor global da contratação e, portanto, o valor real de cada bilhete dependerá da tarifa disponível no momento da emissão.

Modelo de Remuneração

1.3. A remuneração da contratada ocorrerá **exclusivamente** por taxa de administração por transação, incidente apenas sobre: emissão de bilhete; alteração/remarcação efetivada; cancelamento concluído.

1.4. **Atos preparatórios** (cotação, simulação, assessoria, reservas não utilizadas) **não geram direito a pagamento**.

1.5. São **vedadas**:

- a. cobrança de mensalidade;
- b. comissão;
- c. valor mínimo;
- d. markup sobre tarifas;
- e. qualquer rubrica não prevista neste TR e no ETP, seu apêndice.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.7. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.8. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **data de sua assinatura**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade, disponibilidade orçamentária e desempenho satisfatório da contratada, aferido via Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 04892707000968-0-000001/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 13/06/2025;
- III. Id do item no PCA: 51;
- IV. Classe/Grupo: 661 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Em complemento ao disposto no ETP, a solução adotada consiste na contratação de uma única empresa especializada, responsável por todo o ciclo operacional do agenciamento, com: integração obrigatória ao SCDP; atendimento 24h/7 dias; segregação absoluta entre remuneração da agência e repasse tarifário; auditoria contínua e mensuração por IMR; vedação expressa a práticas que dificultem fiscalização ou favoreçam manipulação de tarifas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021:

- a. Priorizar o uso de meios eletrônicos, evitando a impressão de documentos físicos, tais como cotações, bilhetes, comprovantes de emissão, relatórios, notas de crédito e faturas;
- b. Utilizar comunicação digital (e-mail, sistemas eletrônicos e plataformas oficiais), reduzindo o uso de papel e insumos associados;
- c. Disponibilizar relatórios e documentos exclusivamente em formato eletrônico, salvo quando expressamente solicitado pela Administração;
- d. Estimular o planejamento racional das viagens, fornecendo informações claras e comparativas que permitam à Administração optar, quando possível, por itinerários mais eficientes, sem prejuízo da economicidade e da necessidade do serviço;
- e. Adotar práticas administrativas internas que contribuam para a redução de desperdícios, consumo consciente de energia e melhor eficiência operacional.

4.2. Os eventuais impactos ambientais indiretos, relacionados à utilização do transporte aéreo, decorrem da própria atividade institucional da Administração Pública e não são mitigáveis exclusivamente por meio da modelagem do serviço de agenciamento, que se limita à intermediação necessária para a execução das atividades finalísticas do órgão.

4.3. Assim, conclui-se que a contratação está em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis, atendendo às orientações do Guia da AGU de forma proporcional, adequada e juridicamente segura, sem impor exigências incompatíveis com o objeto contratado.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto consiste em serviço contínuo de agenciamento de passagens aéreas, executado sob demanda, sem fornecimento de bens, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem qualquer pagamento antecipado, sendo a remuneração da contratada vinculada exclusivamente à taxa de administração por transação efetivamente concluída.

4.6. Ademais, os pagamentos estarão condicionados ao atesto da execução e à aferição de desempenho por meio do IMR, que prevê glosas proporcionais, auditorias e sanções administrativas, configurando mecanismos de controle mais eficazes do que a exigência de garantia formal.

4.7. Assim, a não exigência de garantia se mostra proporcional, adequada aos riscos do contrato e compatível com o modelo de execução adotado, sem comprometer a segurança da Administração nem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: da assinatura do contrato.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Condições Gerais de Execução

5.2.1 Os serviços de agenciamento de passagens aéreas serão executados de forma **contínua e sob demanda**, conforme solicitações formalizadas pela CONTRATANTE, observadas as condições, prazos e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, seu apêndice.

5.2.2. As demandas deverão, prioritariamente, ser registradas no **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP**, nos termos da legislação vigente, sendo encaminhadas à CONTRATADA para atendimento por meio de perfil de acesso próprio ao sistema.

5.2.2.1. Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá login senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.

5.2.3. **Excepcionalmente**, nos casos de instabilidade do SCDP, urgências devidamente justificadas ou situações que demandem atendimento fora do horário regular, os serviços poderão ser solicitados por meio dos canais oficiais de atendimento da CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE providenciar a **posterior regularização no SCDP**.

5.2.4. A execução dos serviços deverá observar **rigorosamente** as diretrizes normativas aplicáveis à emissão de bilhetes de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública Federal.

Estrutura e Canais de Atendimento

5.2.5. A CONTRATADA deverá indicar preposto incumbido de prestar as informações e adotar as providências requeridas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato, além de manter **Central de Atendimento ininterrupta, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, inclusive sábados, domingos e feriados.

5.2.5.1. Eventuais interrupções programadas dos atendimentos pelos canais de comunicação deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias.

5.2.6. O atendimento será prestado, no mínimo, por meio dos seguintes canais:

- a. telefone;
- b. e-mail institucional;
- c. aplicativo de mensagens instantâneas (ex.: WhatsApp corporativo);

d. sistema próprio, quando disponível.

5.2.7. Todo atendimento realizado fora do meio eletrônico formal (e-mail) deverá gerar **protocolo rastreável**, com registro de data e horário de abertura e encerramento, vedada qualquer possibilidade de manipulação posterior.

5.2.8. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos de **identificação dos servidores autorizados** antes da execução de qualquer solicitação, conforme relação previamente definida pela CONTRATANTE com os seguintes dados:

1. e-mail, whatsapp, etc. a partir do qual serão originadas as solicitações;
2. Matrícula no SIAPE;
3. Unidade Contratante a que se vinculam;
4. Cargo/função;
5. Data de nascimento;
6. Número do CPF.

Procedimentos de Assessoria e Cotação

5.2.9. Entende-se por assessoria o apoio técnico prestado pela CONTRATADA para identificação das **melhores opções de voo**, considerando menor tarifa disponível, melhor itinerário e menor tempo de deslocamento, sem prejuízo das necessidades específicas da demanda.

5.2.10. A cotação deverá **refletir exatamente os valores vigentes praticados pelas companhias aéreas**, inclusive promoções tarifárias, devendo ser apresentada de forma clara, completa e discriminada por trecho, contendo, no mínimo:

- a. companhia aérea;
- b. número do voo;
- c. origem e destino;
- d. datas e horários;
- e. duração do voo e escalas;
- f. valor da tarifa;
- g. taxa de embarque;
- h. custos de bagagem, quando aplicáveis.

5.2.10.1. Caso seja necessário, a pedido do gestor e/ou fiscal do contrato, a formatação da cotação deverá ser alterada de modo a facilitar a interpretação e a escolha dos melhores voos de acordo as diretrizes normativas aplicáveis à emissão de bilhetes de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública Federal, a exemplo de filtros que ordenem por preço, por menor número de paradas, entre outros.

5.2.11. É **vedada** qualquer forma de:

- a. simulação de tarifas;
- b. ocultação de opções mais vantajosas;
- c. retenção de assentos;
- d. apresentação de valores divergentes dos canais oficiais das companhias aéreas.

5.2.12. A cotação deverá conter **registro de data e hora**, possibilitando auditoria posterior pela fiscalização.

Procedimentos de Reserva

5.2.13. Após a escolha da opção mais vantajosa pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a reserva do voo, informando:

- a. localizador;
- b. data e hora de validade da reserva;
- c. demais informações essenciais à emissão.

5.2.14. A reserva deverá manter-se estritamente nos valores originalmente cotados, enquanto vigente.

5.2.15. Caso o prazo da reserva expire sem autorização de emissão, a CONTRATADA deverá informar formalmente a ocorrência e reiniciar o procedimento de cotação, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Procedimentos de Emissão

5.2.16. A emissão do bilhete somente poderá ocorrer após autorização expressa da CONTRATANTE.

5.2.17. A CONTRATADA deverá emitir o bilhete no prazo máximo estabelecido neste TR, encaminhando o comprovante correspondente e disponibilizando todos os dados necessários à conferência e registro no SCDP.

5.2.18. O valor final do bilhete emitido deverá ser idêntico ao valor cotado e reservado, sob pena de glosa e aplicação das sanções cabíveis.

Procedimentos de Alteração e Remarcação

5.2.19. A alteração ou remarcação de bilhetes dependerá sempre de nova cotação prévia, apresentada à CONTRATANTE.

5.2.20. A CONTRATADA deverá realizar **análise comparativa** entre o custo da alteração e custo do cancelamento seguido de nova emissão, indicando, de forma fundamentada, a **alternativa mais vantajosa** para a Administração.

5.2.21. Havendo geração de crédito, a CONTRATADA deverá providenciar imediatamente o pedido de reembolso junto à companhia aérea e apresentar a respectiva nota-crédito para fins de glosa.

Procedimentos de Cancelamento

5.2.22. O cancelamento do bilhete poderá ser solicitado pela CONTRATANTE por meio do SCDP ou pelos canais oficiais de atendimento.

5.2.23. A CONTRATADA deverá realizar o cancelamento no menor prazo possível, preferencialmente em até 1 (uma) hora, com o objetivo de evitar a cobrança de no-show, quando aplicável.

5.2.24. A CONTRATADA deverá informar:

- a. se há direito a reembolso;
- b. valores reembolsáveis;
- c. multas e taxas incidentes.

Procedimentos de Reembolso

5.2.25. Nos casos de cancelamento, alteração ou no-show, a CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para a efetivação do reembolso, acompanhando o processo até sua conclusão.

5.2.26. O reembolso deverá ser realizado, preferencialmente, por glosa em fatura, mediante apresentação de nota-crédito e comprovantes da companhia aérea.

5.2.27. O crédito gerado deverá estar vinculado ao CNPJ da CONTRATANTE, e não ao CPF do viajante.

5.2.28. O prazo para conclusão do reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

5.2.29. O pedido e acompanhamento de reembolso não geram nova remuneração, por integrarem o escopo do serviço contratado.

Relatórios e Controle da Execução

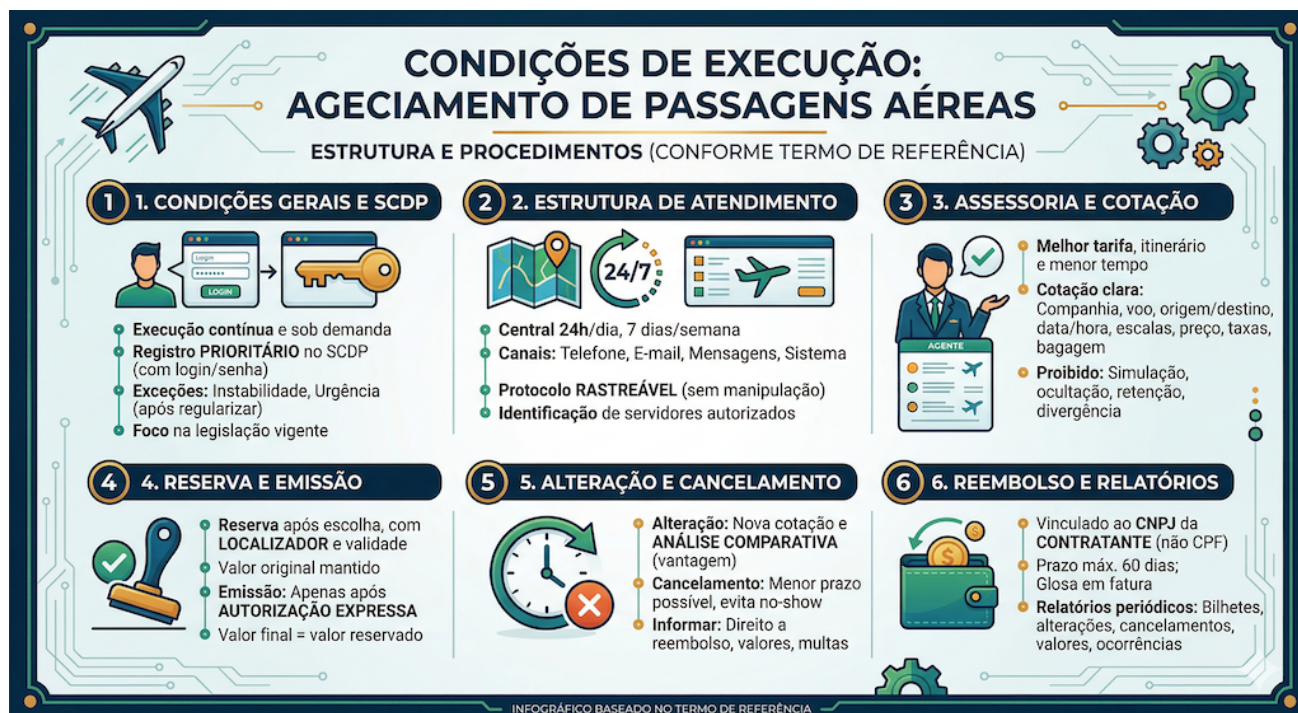
5.2.30. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos, contendo, no mínimo:

- a. bilhetes emitidos;
- b. alterações realizadas;
- c. cancelamentos;
- d. reembolsos solicitados e efetivados;

- e. valores faturados;
- f. ocorrências registradas.

5.2.20.1. A Contratante poderá solicitar emissão de relatório parcial, contemplando os dados do subitem anterior, caso em que a CONTRATADA deverá fornecer o documento em até 48 (quarenta e oito) horas.

5.2.31. Os relatórios subsidiarão a fiscalização contratual, a aferição do IMR e a tomada de decisão pela Administração.



Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, por meio de sistemas eletrônicos, canais digitais e acesso ao SCDP, não havendo local físico fixo de execução nas dependências da Administração.

5.3. Os serviços deverão ser disponibilizados em regime de atendimento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados, conforme necessidade da Administração.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas operacionais detalhadas nos itens 5.2 e seguintes deste Termo de Referência e o previsto no Estudo Técnico Preliminar, seu apêndice, que disciplinam os procedimentos de cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento, reembolso, atendimento e controle da execução.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base a execução de serviços sob demanda, com quantitativos estimados a partir do histórico de utilização de passagens aéreas, caracterizando-se por variabilidade de rotas, datas e valores, não sendo possível a definição prévia e fixa de consumo, estando os volumes indicados no item 1.1 deste Termo de Referência, os quais deverão ser considerados para dimensionamento da proposta.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.9.1. A gestão e a fiscalização do contrato têm por finalidade assegurar que os serviços sejam prestados em conformidade com o objeto contratado, os níveis de serviço definidos, os princípios da legalidade, economicidade, transparência e controle, bem como com as salvaguardas adotadas no presente Termo de Referência, considerando as peculiaridades e o histórico contratual da SRE/TO.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a. acompanhar a execução do objeto sob os aspectos técnicos, operacionais e de qualidade;
- b. verificar o cumprimento dos prazos de atendimento, emissão, alteração, cancelamento e reembolso;
- c. verificar a conformidade das tarifas repassadas com os valores praticados pelas companhias aéreas;
- d. analisar os relatórios operacionais apresentados pela contratada;
- e. registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução do contrato;
- f. comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato irregularidades relevantes;
- g. subsidiar tecnicamente a apuração do Índice de Medição de Resultado – IMR.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a. acompanhar os aspectos administrativos, fiscais e cadastrais da contratada;
- b. verificar a regularidade da documentação exigida para pagamento;
- c. acompanhar a aplicação de glosas decorrentes do IMR ou de inadimplementos contratuais;
- d. apoiar o Gestor do Contrato na instrução de procedimentos administrativos e sancionatórios;
- e. acompanhar a adoção e o registro das sanções aplicadas.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a. Avaliação dos níveis mínimos de serviço;
- b. Análise da prestação do serviço;
- c. Aceite definitivo do serviço.

7.4.1. Disposições Gerais sobre a utilização do IMR

Item	Descrição
Finalidade	Avaliar, de forma objetiva e mensurável, a qualidade da prestação dos serviços de agenciamento de viagens e condicionar o pagamento ao atendimento das metas estabelecidas
Natureza	Mecanismo de redimensionamento do pagamento, sem caráter sancionatório
Base legal	Lei nº 14.133/2021, arts. 156 a 163
Base de incidência	Valor total da fatura mensal apresentada
Periodicidade	Mensal
Limite	As glosas são cumulativas, limitadas a 25% do valor da fatura mensal

7.4.2. O limite global de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da fatura mensal para aplicação de glosas decorrentes do Instrumento de Medição de Resultado – IMR foi definido com base nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e vedação ao confisco, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4.3. Considerou-se, para a fixação desse percentual, que:

- a) o objeto contratual consiste em serviço de agenciamento de passagens aéreas, no qual, mesmo diante de falhas pontuais de nível de serviço (tais como atrasos operacionais ou impropriedades formais), o resultado final – a viabilização do deslocamento do usuário – pode ser efetivamente atingido;
- b) o IMR tem natureza de mecanismo de redimensionamento do pagamento, e não de sanção administrativa, devendo refletir a gravidade e o impacto da falha em relação à utilidade do serviço prestado, e não equivaler à total ausência de execução;
- c) a incidência de glosa limitada a 25% da fatura mensal representa desestímulo econômico suficientemente relevante para induzir o cumprimento dos níveis de serviço pactuados, sem descaracterizar a execução contratual nem transferir para o IMR função típica de penalidade;
- d) falhas graves, reiteradas, dolosas ou que comprometam a integridade da contratação não são exauridas pelo IMR, devendo ser tratadas por meio dos instrumentos próprios de responsabilização, inclusive sanções administrativas e eventual Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR.

7.4.4. Nesse contexto, o percentual adotado assegura equilíbrio entre controle do desempenho, proteção ao interesse público e preservação da coerência jurídica do instituto do pagamento por resultado, mantendo-se compatível com as boas práticas de governança contratual e com o entendimento dos órgãos de controle.

7.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADOR 1 – TEMPESTIVIDADE DA COTAÇÃO, RESERVA E EMISSÃO

Elemento	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos operacionais
Meta	100% das demandas atendidas dentro dos prazos
Parâmetros objetivos	a) Cotação enviada com atraso superior a 30 min ; b) Reserva com atraso superior a 30 min após escolha da opção; c) Emissão com atraso superior a 1 hora após autorização
Instrumento de medição	Registros no SCDP, protocolos e relatórios
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada demanda fora do prazo
Percentual de ajuste	0,5% da fatura por ocorrência , limitado a 5% no mês

INDICADOR 2 – CONFORMIDADE E INTEGRIDADE TARIFÁRIA (VEDAÇÃO A MARKUP)

Elemento	Descrição
Finalidade	Assegurar fidelidade absoluta aos valores praticados pelas companhias aéreas
Meta	Nenhuma divergência tarifária no período
	a) Divergência entre valor cotado e tarifa oficial no mesmo momento;

Parâmetros objetivos	b) Divergência entre valor emitido e pago à companhia; c) Omissão injustificada de opção mais econômica
Instrumento de medição	Auditoria tarifária e conferência com canais oficiais
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada divergência injustificada
Percentual de ajuste	3% da fatura por ocorrência

INDICADOR 3 – DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DO ATENDIMENTO 24H

Elemento	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento contínuo, inclusive fora do horário comercial
Meta	Atendimento 24h/7 dias
Parâmetros objetivos	a) Ausência de resposta inicial em até 15 min em demandas emergenciais; b) Indisponibilidade comprovada de canais
Instrumento de medição	Registros, logs e protocolos
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada falha de atendimento
Percentual de ajuste	0,5% da fatura por ocorrência , limitado a 3% no mês

INDICADOR 4 – GESTÃO DE CANCELAMENTOS E REEMBOLSOS

Elemento	Descrição
Finalidade	Evitar perda de créditos e prejuízos financeiros à Administração
Meta	100% dos reembolsos corretamente solicitados e concluídos
Parâmetros objetivos	a) Cancelamento não processado em até 1 hora , quando possível evitar noshow; b) Pedido de reembolso não formalizado em até 5 dias úteis ; c) Reembolso não concluído em até 60 dias , sem justificativa
Instrumento de medição	Relatórios, notas crédito e comprovantes
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada falha ou atraso injustificado
Percentual de ajuste	1% da fatura por ocorrência , limitado a 5% no mês

INDICADOR 5 – QUALIDADE E TEMPESTIVIDADE DOS RELATÓRIOS

Elemento	Descrição
Finalidade	Assegurar rastreabilidade e suporte à fiscalização
Meta	100% dos relatórios corretos e tempestivos
Parâmetros objetivos	a) Entrega fora do prazo; b) Inconsistências relevantes de dados; c) Omissão de informações obrigatórias
Instrumento de medição	Conferência formal
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada relatório irregular
Percentual de ajuste	0,5% da fatura por ocorrência , limitado a 2% no mês

INDICADOR 6 – QUALIDADE DA ASSESSORIA NA APRESENTAÇÃO DAS OPÇÕES

Elemento	Descrição
Finalidade	Garantir atuação efetiva como assessora da Administração
Meta	Apresentação de soluções comparáveis e fundamentadas
Parâmetros objetivos	a) Ausência de, no mínimo, 2 opções viáveis , quando disponíveis; b) Falta de comparação clara de preço/horário/escalas; c) Ausência de justificativa técnica

Instrumento de medição	Cotações e registros enviados
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada cotação irregular
Percentual de ajuste	0,5% da fatura por ocorrência, limitado a 2% no mês

INDICADOR 7 – RASTREABILIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS

Elemento	Descrição
Finalidade	Permitir auditoria e reconstrução integral das operações
Meta	100% das operações rastreáveis
Parâmetros objetivos	a) Falta de registros completos (data, hora, histórico); b) Ausência de comprovantes quando solicitados; c) Divergência entre registros da contratada e do SCDP
Instrumento de medição	Registros, prints e relatórios
Periodicidade	Mensal
Ocorrência	Cada falha de rastreabilidade
Percentual de ajuste	0,5% da fatura por ocorrência, limitado a 2% no mês



Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (meio por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Infrações específicas enquadráveis na alínea “a”:

I – descumprimento não reiterado de prazos procedimentais que não acarrete prejuízo relevante à execução contratual nem ao atendimento do objeto;

II – falhas formais em documentos (ex.: relatórios, comprovantes, comunicações) sem repercussão material sobre o resultado do serviço;

III – não observância pontual de requisitos acessórios previstos no TR ou no contrato, desde que não afetem a conformidade tarifária, o atendimento ao usuário interno ou a rastreabilidade das operações;

IV – omissões eventuais em registros de atendimento ou protocolos, desde que não recorrentes e não impeditivas do exercício da fiscalização;

V – desalinhamentos operacionais iniciais, como falhas pontuais na integração com o SCDP, corrigidas sem impacto para a Administração.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Procedimentos do Gestor e do Fiscal do Contrato para Apuração de Infrações e Instauração de PAAR

8.15. Sem prejuízo da aplicação direta das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor do contrato, sempre que constatarem indícios de irregularidade, inadimplemento contratual ou conduta que possa ensejar responsabilização da contratada, adotar as providências administrativas cabíveis, observando rigorosamente o rito procedimental do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, nos termos da Instrução Normativa DNIT nº 06/2019, com as alterações introduzidas pelas IN nº 10/2019 e nº 52/2021, bem como eventual norma regulamentadora que venha a tratar sobre o tema.

Fase de Constatação e Intimação Prévia

8.15.1. Constatada irregularidade na execução contratual, o fiscal do contrato, ou, na sua ausência ou impedimento, o gestor ou a chefia competente, deverá:

- a) intimar formalmente a contratada, por meio de ofício, para que apresente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, esclarecimentos e/ou providências para a resolução da irregularidade apontada, nos termos do art. 5º da IN DNIT nº 06/2019;
- b) instruir a intimação com descrição clara dos fatos, indicação das cláusulas contratuais supostamente violadas e registro documental mínimo que fundamente a apuração inicial.

Análise da Manifestação da Contratada

8.15.2. Após o recebimento da manifestação da contratada, o fiscal ou gestor deverá:

- a) avaliar tecnicamente os esclarecimentos apresentados;
- b) caso entenda pelo saneamento da irregularidade e pela não instauração do PAAR, elaborar Nota Técnica fundamentada, consignando as razões da decisão, a qual deverá ser juntada aos autos do processo do contrato;
- c) caso não sejam apresentadas justificativas, ou sendo estas insuficientes, elaborar Nota Técnica específica propondo a instauração do PAAR, contendo obrigatoriamente:
 - 1. relato circunstanciado dos fatos;
 - 2. análise da manifestação da contratada, se houver;
 - 3. enquadramento da conduta como infração administrativa;
 - 4. exposição dos motivos que ensejam a abertura do PAAR;
 - 5. descrição das consequências da infração para a Administração Pública.

Instauração do PAAR

8.15.3. A instauração do PAAR somente poderá ocorrer **após** o cumprimento da fase de **intimação prévia**, sendo vedada a abertura do processo sem a documentação mínima exigida, nos termos do art. 6º da IN DNIT nº 06/2019.

8.15.4. O processo de PAAR deverá ser autuado com numeração própria e instruído, no **mínimo**, com os seguintes documentos, conforme o caso de irregularidade cometida por contratada:

- a) descrição dos fatos, local e circunstâncias da infração;
- b) qualificação da contratada;
- c) cópia integral do contrato e de seus termos aditivos e apostilamentos;
- d) cópia da garantia contratual, quando aplicável;
- e) cronograma e diário de execução, quando aplicável;
- f) data inicial da contagem do prazo de atraso, quando houver;
- g) parecer técnico do fiscal ou gestor, relatando o impacto do descumprimento;
- h) intimação prévia da contratada e respectivo comprovante de recebimento;
- i) demais documentos que comprovem ou elucidem os fatos;
- j) solicitação formal de instauração do PAAR;
- k) cópia da Instrução Normativa vigente do DNIT que disciplina o PAAR.

Dever de Atuação e Responsabilização por Omissão

8.15.5. O fiscal e o gestor do contrato têm o dever funcional de adotar as providências administrativas cabíveis sempre que tomarem conhecimento de irregularidade que possa ensejar sanção à contratada, sendo que a omissão, retardamento injustificado ou falha na instrução do processo poderá caracterizar falta funcional, sujeitando o agente público à apuração de responsabilidade, nos termos do art. 14 da IN DNIT nº 06/2019 e da legislação aplicável.

Observância ao Contraditório e à Ampla Defesa

8.15.6. Todo o procedimento de apuração de responsabilidade deverá observar, rigorosamente, os princípios do contraditório, da ampla defesa, da motivação e da proporcionalidade, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 9.784/1999 e as normas internas do DNIT, sendo nulas as sanções aplicadas sem a observância do rito procedimental previsto.

PROCEDIMENTOS DO GESTOR E DO FISCAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E INSTAURAÇÃO DE PAAR (PAAR DNIT)

Com fulcro na Lei 14.133/2021 e IN DNIT nº 06/2019 (alterações IN 10/19 e 52/21)



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e do modo de disputa **aberto e fechado** com intervalo entre os lances de 0,1% (zero vírgula um por cento).

9.2. O critério de julgamento será o de **menor preço**, considerando-se como referência o **valor da taxa de administração** ofertada para execução dos serviços de agenciamento de passagens aéreas.

9.3. **Não será admitida** a apresentação de **lance negativo ou valor inferior a zero** para a **taxa de administração**.

9.4. A vedação a lance negativo visa preservar a coerência econômica da contratação, evitar modelo de remuneração artificial ou predatória e garantir que a execução contratual ocorra de forma sustentável, em especial considerando o histórico do mercado e os riscos associados à execução com taxa nula ou simbólica, mitigados por meio do IMR e dos demais mecanismos de controle previstos neste Termo de Referência.

9.5. Na hipótese de duas ou mais propostas apresentarem valores exatamente iguais para a taxa de administração, e esgotados os instrumentos de resolução previstos na legislação, será adotado o seguinte procedimento:

- aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis;
- persistindo o empate, será realizado **sorteio público**, em sessão devidamente registrada no sistema eletrônico do certame, assegurada a transparência e a isonomia entre os licitantes.

9.6. A respeito da definição do critério de julgamento, **observe** que:

- a remuneração da contratada não se limita à taxa de administração, estando a execução sujeita a rigoroso Instrumento de Medição de Resultado – IMR, que condiciona o pagamento ao desempenho efetivamente aferido;
- a eventual taxa de administração igual ou próxima de zero não afasta os deveres contratuais nem reduz a responsabilidade da contratada, sendo o equilíbrio da execução assegurado pelos mecanismos de fiscalização, glosas, sanções e eventual apuração de responsabilidade;
- o critério adotado preserva a competitividade, sem comprometer a execução regular, transparente e íntegra do contrato.

Regime de Execução

9.7. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.20. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de atividade de turismo - Agência de viagens, expedido pelo Ministério do Turismo nos termos dos artigos 21, 22 e 27 da Lei 11.771/2008, do Decreto nº 7.381/2010 e da Portaria MTUR nº 38/2021.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente para a prestação de serviços de turismo - Agência de Viagens, expedido pelo Ministério do Turismo, em plena validade.

9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.41.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) **do valor global estimado desta contratação.**

9.41.1.3. O licitante deverá apresentar declaração de que dispõe de estrutura operacional compatível com a execução do contrato, incluindo:

- a) atendimento contínuo, inclusive em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- b) meios tecnológicos aptos à rastreabilidade das operações;
- c) capacidade de integração operacional com o SCDP, quando aplicável.

Nota: Trata-se de exigência declaratória, sendo a comprovação efetiva da capacidade operacional aferida prioritariamente durante a execução contratual, por meio do IMR.

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.50.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- 9.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.50.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.50.6.1. ata de fundação;
- 9.50.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.50.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.50.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.50.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.50.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.50.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 393023/39252;
- II. Fonte de recursos: 1000000000;
- III. Programa de trabalho: 2612200322000000;
- IV. Elemento de despesa: 339033-01; e
- V. Plano interno: DAF00003.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Os infográficos integrantes deste Termo de Referência possuem intuito pedagógico e facilitador da interpretação das principais informações desta contratação, no entanto, não eximem os licitantes de tomarem conhecimento do inteiro teor deste artefato.

12.2.1. Eventual discrepância entre as informações dos infográficos e as constantes nos itens desta Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

Palmas/TO, na data da assinatura eletrônica.

13. ANEXO I

~~ANEXO I-A~~

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO CARLOS ARAGAO ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 01:40:34.

ROMARIO OLIVEIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - TO

Estudo Técnico Preliminar 7/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50623.000378/2026-00

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação decorre da necessidade permanente e contínua de deslocamento de servidores da Superintendência Regional do DNIT no Tocantins (SRE/TO) para atendimento de agendas institucionais relacionadas às atividades finalísticas do órgão, especialmente:

- a. fiscalizações de obras rodoviárias e serviços de manutenção em todo o território estadual;
- b. reuniões técnicas e administrativas;
- c. audiências, eventos e representações;
- d. cursos, capacitações e deslocamentos emergenciais.

2.2. Essas atividades exigem a emissão frequente de bilhetes aéreos, muitas vezes em curtos prazos, demandando agilidade, disponibilidade integral e precisão técnica na operação dos serviços.

2.3. Além da necessidade operacional, a presente contratação é motivada pelo fato de que o contrato vigente da SRE/TO encontrar-se suspenso em razão da abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), conforme apurado e documentado nas Notas Técnicas nº 54/2025 (SEI 22799140) e nº 68/2025 (SEI 23419333).

2.4. A primeira NT apontou fortes indícios de superfaturamento de cotações, com divergências entre valores apresentados pela contratada e os valores reais das companhias aéreas, e demonstrou que:

- a. o modelo de maior desconto sobre tarifa pública mostrou-se inadequado, opaco e vulnerável a manipulações, com simulações de tarifas infladas;
- b. a fiscalização constatou casos em que o valor real era muito inferior ao informado na cotação, inclusive com variações superiores a 50%, dificultando o controle e comprometendo a economicidade.

2.5. A segunda, por sua vez, confirmou, com provas inequívocas, prática de dolo/fraude pela contratada, incluindo:

- a. manipulação de cotações;
- b. inflacionamento artificial de tarifas;
- c. divergência comprovada entre valores cobrados e valores efetivamente pagos às companhias aéreas;
- d. enquadramento da conduta como ato fraudulento, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Ao final, ambas as notas recomendaram suspensão imediata da execução contratual, abertura de PAAR e reconheceram que o modelo de maior desconto é incompatível com a transparência e controle necessários, além de dificultar a fiscalização e abrir margem para prejuízo ao erário.

2.7. A par de a apuração por meio do PAAR aberto poder concluir por mero fato atípico não configurando práticas irregulares, neste momento, mostra-se salutar e necessária a realização de nova contratação de modo não só para evitar as dificuldades enfrentadas na prestação de tais serviços como também para desafogar a Diretoria de Administração e Finanças (DAF), a qual se encontra incumbida da emissão de passagens aéreas para a SRE-TO em caráter excepcional e provisório.

2.8. Diante desse cenário, a nova contratação de serviços de agenciamento de passagens aéreas torna-se imprescindível, pois o contrato atual está suspenso por indícios de fraude e não pode permanecer como solução, bem como o modelo atual, baseado em maior desconto sobre tarifa, no caso desta SRE/TO, demonstrou-se tecnicamente inadequado, de baixa transparência, de difícil fiscalização, e com risco concreto de dano ao erário, conforme robustamente comprovado pelas NT 54 e 68.

2.9. Em suma, a contratação é necessária para garantir a continuidade dos deslocamentos oficiais, mitigar riscos anteriormente identificados, adotar modelo contratual mais transparente e seguro, assegurar conformidade com a Lei 14.133/2021 e com as recomendações técnicas da fiscalização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração e Finanças	Cezar Augusto Matos e Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá assegurar a prestação contínua, segura e transparente dos serviços de **agenciamento de passagens aéreas nacionais**, voltados ao atendimento das demandas institucionais da Superintendência Regional do DNIT no Tocantins (SRE/TO). Para tanto, os requisitos a seguir são considerados **obrigatórios**, estruturados de acordo com as melhores práticas de governança, as necessidades operacionais da unidade e as irregularidades identificadas no contrato anterior.

Condições Gerais

4.2. **Repasse integral do valor das tarifas.** O preço dos bilhetes aéreos deve ser **idêntico** ao valor praticado pelas companhias aéreas em seus canais oficiais, inclusive tarifas promocionais e ofertas relâmpago, vedado qualquer markup, ajuste, sobretaxa, manipulação, retenção ou ocultação de tarifas.

4.3. **Modelo de remuneração seguro.** A contratada será remunerada **exclusivamente** pela taxa de administração por transação, previamente definida no edital. Assim, é **vedada** a adoção de maior desconto sobre tarifa, em razão de fragilidades comprovadas (vide NT 54 e NT 68).

4.4. **Atendimento sob demanda**, conforme as necessidades da SRE/TO, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado.

4.5. Toda a operação deverá seguir a legislação aplicável, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e as diretrizes da Administração Pública Federal.

Requisitos de Atendimento

4.6. A contratada deverá disponibilizar uma **Central de Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana**, contemplando:

- a. telefone fixo ou móvel;
- b. e-mail institucional;
- c. WhatsApp Corporativo ou outro aplicativo de mensagens;
- d. e, opcionalmente, portal próprio de atendimento.

4.7. É **obrigatório** o registro de protocolo automático em todo atendimento não realizado via e-mail, com armazenagem mínima de 6 meses e com identificação dos servidores autorizados antes de cada operação.

4.8. As operações da SRE/TO frequentemente envolvem viagens emergenciais e remarcações fora do horário comercial, devido às características das atividades desempenhadas.

4.9. **Requisitos da Solução Eletrônica (Sistema / Plataforma).** A contratada deverá possuir sistema integrado (GDS, Selfbooking ou similar) que permita, no **mínimo**, as seguintes funcionalidades:

- a. Cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento em tempo real;
- b. Exibição da menor tarifa disponível no momento da consulta;
- c. Consulta integrada às quatro principais companhias aéreas;
- d. Emissão de bilhetes eletrônicos;
- e. Extração de relatórios detalhados por período;
- f. Geração de comprovantes e históricos de busca;
- g. Bloqueio contra manipulação de horários de atendimento e registros.

4.10. **Requisitos especiais.** Compatibilidade plena com o **SCDP** (login e senha próprios) e plataforma sem qualquer funcionalidade que permita **aumento artificial** de tarifas, simulação, alteração ou retenção de preços.

4.11. **Requisitos Operacionais — Agenciamento de Viagens.** A contratada deverá executar:

- a. **Assessoria completa**, indicando melhor rota, menor tarifa e alternativas quando necessário;
- b. **Cotação** estruturada por trecho, incluindo: companhia, número do voo, horários, duração, escalas, valores de tarifa, taxa de embarque e bagagens;
- c. **Reserva** com envio de localizador e validade;
- d. **Emissão** em até 1 (uma) hora após autorização, salvo pedido de prorrogação devidamente fundamentado;
- e. **Alteração e remarcação** mediante nova cotação prévia;
- f. **Cancelamento**, quando possível, em prazo máximo de 1 hora para evitar no-show.

- g. **Reembolsos**, com acompanhamento completo e glosa na fatura.
- h. **Relatórios** mensais de bilhetes emitidos, alterados, cancelados e reembolsados.

4.12. **Requisitos Específicos de Transparência e Integridade.** Tornam-se obrigatórios os seguintes requisitos:

- a. **Proibição absoluta de simulação de tarifas**, retenção de assentos ou geração deliberada de indisponibilidade;
- b. **Criptografia e registro imutável** dos valores visualizados na busca das tarifas;
- c. Disponibilização de **registro detalhado de todas as operações**, garantindo rastreabilidade;
- d. Comprovação pública de que o valor repassado à SRE/TO corresponde ao valor cobrado pelas companhias aéreas;
- e. Proibição de qualquer prática que dificulte a verificação do preço real.

4.13. **Requisitos de Integração com o SCDP.** A contratada deverá:

- a. Acessar o SCDP com credenciais individuais;
- b. Executar todos os atendimentos dentro da sistemática do SCDP, exceto em urgências;
- c. Compatibilizar dados de cotação, reserva e emissão com os campos obrigatórios do sistema;
- d. Suportar as etapas de regularização posterior quando o atendimento ocorrer fora do sistema.

4.14. **Prazos Máximos de Execução:**

Atividade	Prazo Máximo
Cotação	30 minutos
Reserva	30 minutos
Emissão	1 hora
Alteração	1 hora
Cancelamento	1 horas
Reembolso	até 60 dias

4.15. **Requisitos Relacionados ao IMR (Índice de Medição de Resultado).** A empresa deverá fornecer todos os dados, relatórios e meios necessários para mensuração mensal do IMR, incluindo:

- a. tempo médio de atendimento,
- b. taxa de sucesso nas emissões,
- c. número de ocorrências,
- d. reincidência de erros,
- e. cumprimento dos prazos operacionais,
- f. transparência dos valores repassados.

Observação: O detalhamento do IMR será feito no item específico do Termo de Referência.

4.16. **Requisitos de Risco e Compliance:**

- a. Cumprimento integral da Lei 14.133/2021.
- b. Vedações específicas sobre fraude, manipulação tarifária ou condutas antiéticas.
- c. Garantia de que a empresa não se encontra impedida ou suspensa.
- d. Obrigação de comunicar imediatamente qualquer falha ou irregularidade.
- e. Possibilidade de auditoria in loco ou remota pela SRE/TO.

REQUISITOS DE ATENDIMENTO E OPERACIONAIS - SRE/TO (DNIT)



Da possibilidade de auditoria in loco ou remota pela SRE/TO

4.17. **Auditoria interna obrigatória.** A SRE/TO poderá realizar auditorias internas periódicas, extraordinárias e temáticas sobre os serviços prestados pela contratada, com o objetivo de validar a integridade dos valores das cotações, reservas e bilhetes emitidos, bem como verificar o cumprimento integral das obrigações contratuais, legais e procedimentais.

4.18. A auditoria deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

4.18.1. **Auditoria de Integridade Tarifária (AIT).** Verificação sistemática da congruência entre valores apresentados pela contratada e valores reais disponíveis nas companhias aéreas, abrangendo:

- Comparação entre valor cotado, valor reservado e valor efetivamente pago à companhia aérea;
- Rastreamento das tarifas no sítio oficial das companhias aéreas, com print e/ou gravação de tela;
- Análise de variações suspeitas entre cotação e emissão (ex.: aumentos não justificados, padrões de oscilação artificiais);
- Identificação de eventuais indícios de manipulação tarifária, tal como:
 - bloqueio prévio de assentos,
 - emissão provisória para alterar preço,
 - simulação de buscas múltiplas (PNR temporários),
 - glosas recorrentes.

4.18.2. **Auditoria de Conformidade Operacional (ACO).** Verificação do cumprimento estrito dos prazos operacionais definidos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR) e no Contrato:

Etapas	Prazo	Observação
Cotação	30min	Verificar horário SCDP x horário de envio
Reserva	30min	Conferir localizador e sua validade
Emissão	1h	Se excedido, registrar motivo
Alteração	1h	Anexar justificativa da contratada
Cancelamento	1h	Priorizar evitar no-show
Reembolso	até 60 dias	Confrontar crédito com fatura

4.18.3. A auditoria deverá verificar:

- SLA real x SLA contratual;
- reincidências de atrasos;
- correlação entre atrasos e riscos tarifários.

4.18.4. **Auditoria de Integridade Sistêmica (AIS).** Avaliação da plataforma tecnológica utilizada pela contratada, incluindo:

- a. verificação de logs de acesso, carimbos de data e hora (timestamp);
- b. impossibilidade de manipulação retroativa de registros;
- c. funcionamento contínuo e estável do sistema;
- d. comprovação de que o sistema não possui funcionalidades capazes de alterar preços ou ocultar tarifas.

4.18.5. **Auditoria de Rastreabilidade das Cotações (ARC).** A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado:

- a. logs completos das consultas realizadas;
- b. histórico dos valores exibidos no momento da cotação;
- c. identificação da fonte tarifária (GDS, consolidadores, API etc.);
- d. trilha de auditoria da reserva (timestamp do localizador).

4.18.6. A SRE/TO poderá exigir comprovação documental do valor pago à companhia aérea, extrato tarifário completo, contendo separação de tarifa, impostos, taxa de embarque e bagagens.

4.18.7. **Auditoria de Integridade Financeira (AIF)** cuja abrangência será:

- a. conciliação dos bilhetes emitidos com as faturas;
- b. glosas necessárias;
- c. validação do reembolso efetivamente obtido;
- d. comparação estatística entre valores médios por rota e padrões nacionais.

4.18.8. **Auditoria Temática ou Extraordinária (ATE)** a ser instaurada:

- a. diante de indícios de irregularidade;
- b. quando identificados padrões atípicos de variação tarifária;
- c. em períodos de grande volume de viagens;
- d. após reclamações de usuários internos.

4.19. Obrigações da contratada frente à auditoria serão de disponibilizar todos os dados, relatórios e documentos solicitados; fornecer trilha completa da operação (cotação → reserva → emissão → pagamento); não obstruir, retardar ou dificultar auditorias; garantir integridade e autenticidade dos registros eletrônicos; aceitar auditorias presenciais ou remotas.

4.20. Qualquer resistência injustificada poderá ser considerada ato atentatório à fiscalização, descumprimento contratual, indício de fraude, conforme art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

4.21. Periodicidade mínima das auditorias

- a. Mensal: AIT, ACO e AIF.
- b. Trimestral: AIS e ARC.
- c. Extraordinária: Sempre que houver indício, denúncia, aumento incomum de valores, ou apontamentos da chefia.

4.22. **Integração da Auditoria com o IMR (Índice de Medição de Resultado).** Todos os resultados de auditoria alimentarão diretamente o IMR, reforçando pontuação, eventuais glosas, aplicação de sanções, avaliação da performance contratual.



4.23. **Definições da Contratação.** Com vistas à adequada estruturação do procedimento licitatório e à mitigação dos riscos identificados em contratações anteriores, ficam estabelecidas as seguintes definições e justificativas procedimentais, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com as características do objeto.

4.24. **Modalidade de Licitação – Pregão Eletrônico.** A contratação será realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, uma vez que o objeto consiste em serviço comum, cujos padrões de desempenho, qualidade e execução são objetivamente definidos, amplamente praticados no mercado e passíveis de comparação direta entre os licitantes.

4.25. A adoção do pregão eletrônico assegura:

1. maior competitividade;
2. ampla participação de interessados;
3. transparência do certame;
4. seleção objetiva da proposta mais vantajosa.

4.26. **Critério de Julgamento – Menor Preço.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço, aplicado exclusivamente sobre a taxa de administração por transação. Esse critério foi escolhido em substituição ao modelo de maior desconto sobre tarifa, anteriormente adotado, o qual se mostrou de baixa transparência e mais suscetível a manipulações, conforme demonstrado nas Notas Técnicas nº 54 e nº 68, que culminaram na suspensão do contrato vigente.

4.27. A adoção do menor preço:

1. aumenta a comparabilidade entre propostas;
2. elimina ambiguidades na composição dos preços;
3. facilita a fiscalização e o atesto;
4. reduz significativamente o risco de prejuízo ao erário.

4.28. **Modo de Disputa – Aberto e Fechado.** O modo de disputa será aberto e fechado, por se tratar de objeto recorrente no mercado, com potencial de competição relevante entre os licitantes.

4.29. Esse modo permite:

1. inicialmente, lances sucessivos, estimulando a competitividade;
2. posteriormente, apresentação de lance final fechado, reduzindo práticas oportunistas e favorecendo propostas mais realistas.

4.30. **Intervalo Mínimo entre Lances.** Fica definido o intervalo mínimo entre lances no valor de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre a taxa de administração ofertada.

4.31. O percentual foi fixado de modo a:

1. permitir dinâmica competitiva efetiva;
2. evitar lances simbólicos ou irrisórios;
3. preservar a racionalidade econômica das propostas.

4.32. **Natureza do Serviço – Serviço Contínuo.** O objeto caracteriza-se como serviço contínuo, uma vez que atende a necessidade permanente da Administração, sendo essencial para a manutenção das atividades institucionais da SRE/TO, especialmente fiscalizações, reuniões técnicas e deslocamentos operacionais.

4.33. A continuidade decorre:

1. da imprevisibilidade das demandas;
2. da recorrência das emissões;
3. da impossibilidade de interrupção do serviço sem prejuízo à atividade administrativa.

4.34. **Não Participação de Consórcios.** Não será permitida a participação de licitantes em consórcio, tendo em vista que:

1. o objeto não apresenta complexidade técnica que justifique a soma de capacidades empresariais;
2. trata-se de serviço amplamente executado por empresas individualmente;
3. a formação de consórcios dificultaria a gestão, fiscalização e eventual responsabilização contratual;
4. a vedação contribui para maior clareza na execução e aplicação de sanções.

4.35. **Não Exclusividade para ME/EPP.** Não será adotado tratamento exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que:

1. o valor estimado da contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00, previsto na legislação aplicável;
2. o regime de exclusividade poderia restringir indevidamente a competitividade;
3. a ampliação do universo de participantes contribui para a obtenção de proposta mais vantajosa.

4.36. Ressalva-se que permanecem aplicáveis, quando couber, os benefícios legais de desempate para ME/EPP.

4.37. **Participação de Cooperativas.** Não se aplica a participação de cooperativas nesta contratação, tendo em vista que:

1. o objeto não se refere à prestação de serviços por pessoas físicas associadas;
2. trata-se de intermediação comercial e prestação de serviços empresariais especializados;
3. o modelo exige estrutura tecnológica, sistemas integrados (GDS/SCDP) e capacidade operacional incompatíveis com a natureza típica de cooperativas de trabalho.

4.38. **Estrutura de Itens – Grupo Único.** A contratação será estruturada em grupo único, compreendendo:

- Item 1: Taxa de administração por transação (objeto da disputa);
- Item 2: Repasse dos valores de tarifas, taxas de embarque e demais encargos cobrados pelas companhias aéreas (não sujeito à disputa).

4.39. Essa estrutura:

1. preserva a indivisibilidade operacional do serviço;
2. evita fragmentação do objeto;
3. assegura controle claro entre remuneração da contratada e valores repassados às companhias aéreas.

4.40. **Valor Estimado dos Bilhetes Aéreos.** O valor estimado referente aos bilhetes aéreos constitui mera projeção orçamentária, baseada em histórico de consumo e estimativa de demanda, não gerando obrigação de consumo mínimo.

4.41. O pagamento será efetuado exclusivamente conforme a demanda efetivamente realizada, preservando a flexibilidade e a economicidade da contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atendimento da necessidade descrita, procedeu-se ao levantamento das **principais alternativas disponíveis no mercado e no âmbito da Administração Pública Federal** para a contratação de serviços relacionados à emissão de passagens aéreas, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos, jurídicos e de governança, bem como os riscos identificados em experiências anteriores da SRE/TO.

5.2. Foram analisadas as seguintes alternativas:

5.3. **Contratação de agência de viagens por meio de licitação.** Esta alternativa consiste na realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, responsável por intermediar as etapas de cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos, com suporte operacional contínuo.

5.4. Aspectos **positivos**:

1. Atendimento especializado e contínuo, inclusive em regime **24 horas por dia, 7 dias por semana**;
2. Suporte técnico para situações emergenciais, alterações de itinerário e imprevistos durante o deslocamento dos servidores;
3. Flexibilidade operacional para atender trechos, companhias ou situações não cobertas por modelos centralizados;
4. Possibilidade de implantação de mecanismos robustos de controle, auditoria, mensuração de desempenho (IMR) e responsabilização contratual;
5. Compatibilidade com a natureza contínua, imprevisível e descentralizada da demanda da SRE/TO, especialmente considerando a frequência de deslocamentos técnicos e para ações de capacitação.

5.5. Aspectos **negativos e riscos** identificados:

1. Risco de práticas irregulares caso o modelo contratual seja inadequadamente estruturado, como verificado no contrato anterior da SRE/TO, baseado no critério de maior desconto sobre tarifa, cuja execução revelou-se opaca, de difícil fiscalização e suscetível à manipulação de valores;
2. Necessidade de esforço administrativo para gestão e fiscalização do contrato.

5.6. Conclusão **parcial**: A alternativa é tecnicamente viável e adequada, **desde que adotado modelo contratual mais transparente e fiscalizável**, com remuneração por taxa de administração fixa por transação, vedação de markup e previsão expressa de auditorias e indicadores de desempenho, mitigando os riscos anteriormente verificados.

5.7. **Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes.** Esta alternativa pressupõe a adesão (“carona”) a Atas de Registro de Preços já formalizadas por outros órgãos da Administração Pública Federal para serviços de agenciamento de viagens.

5.8. Aspectos **positivos**:

1. Agilidade na contratação, com redução do tempo do ciclo licitatório;
2. Aproveitamento de estruturas contratuais previamente estabelecidas;
3. Possível redução de custos administrativos.

5.9. Aspectos **negativos e limitações**:

1. Risco de inadequação das cláusulas às necessidades específicas da SRE/TO;
2. Limitação na personalização dos níveis de serviço, indicadores de desempenho e mecanismos de auditoria;
3. Dependência da gestão do órgão gerenciador da ata;
4. Possibilidade de adoção do critério de maior desconto, já demonstrado como problemático no contexto da SRE/TO;
5. Risco de desatualização das regras contratuais frente ao cenário regulatório e às lições aprendidas com o contrato suspenso.

5.10. Conclusão **parcial**: Embora juridicamente possível, a adesão a ARP mostra-se menos recomendável, salvo se houver compatibilidade plena do modelo com os requisitos de transparência, auditoria e controle exigidos pela SRE/TO, o que demandaria análise aprofundada caso a caso.

5.11. **Utilização exclusiva do modelo de Compra Direta de Passagens Aéreas (Central de Compras)**. Esta alternativa consiste na aquisição de passagens aéreas diretamente junto às companhias aéreas credenciadas, por intermédio do SCDP, no modelo estruturado pela Central de Compras do Governo Federal.

5.12. Aspectos **positivos**:

1. Eliminação da taxa de intermediação;
2. Maior padronização e transparência em relação às tarifas;
3. Alinhamento com política centralizada de compras do Governo Federal.

5.13. Aspectos **negativos e limitações** relevantes:

1. O modelo atual contempla grupo restrito de órgãos, conforme cronograma interno da Central de Compras;
2. A SRE/TO, no momento, não está contemplada no escopo de adesão;
3. Limitação a companhias aéreas previamente credenciadas;
4. Ausência de suporte especializado 24/7 para situações emergenciais;
5. Insuficiência para atender, de forma integral, a realidade operacional da SRE/TO, que envolve deslocamentos frequentes, remotos e imprevisíveis.

5.14. Além disso, conforme comunicado oficial da Central de Compras, está prevista apenas para o exercício seguinte a implementação do Credenciamento Compra Direta 2.0, o qual ainda se encontra em fase de planejamento e consolidação, com recomendação expressa para que novos órgãos interessados retomem tratativas somente a partir do segundo semestre de 2026.

5.15. Conclusão **parcial**: Embora seja uma alternativa estratégica no médio prazo, não atende às necessidades imediatas da SRE/TO, sendo insuficiente como solução exclusiva no cenário atual.

5.16. **Conclusão do Levantamento de Mercado**. Após análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que:

1. A utilização exclusiva da Compra Direta de Passagens não é viável no momento, em razão de limitações operacionais e institucionais;
2. A adesão a Atas de Registro de Preços apresenta riscos de inadequação contratual e replicação de modelos problemáticos;
3. A contratação de agência de viagens por meio de licitação própria, com adoção de modelo de remuneração por taxa de administração fixa por transação, vedação expressa de práticas opacas e previsão de auditorias rigorosas, é a alternativa que melhor atende às necessidades técnicas, operacionais, legais e de controle da SRE/TO.

5.17. Essa solução permite incorporar, desde a fase de planejamento, as lições aprendidas com o contrato anterior, mitigando riscos de fraude, assegurando transparência, fortalecendo a governança contratual e garantindo a continuidade das atividades institucionais da Superintendência.

6. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de agenciamento de passagens aéreas nacionais, com execução sob demanda, por meio de **Pregão Eletrônico**, vem conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.2. A solução foi estruturada de forma a corrigir explicitamente as fragilidades identificadas no contrato anterior da SRE/TO. Assim, a presente modelagem enfatiza procedimentos detalhados, obrigações objetivas da contratada, rastreabilidade das operações e salvaguardas operacionais, seguindo a lógica bem-sucedida adotada no ETP da SRE/BA, com os devidos aperfeiçoamentos.

7.3. **Escopo operacional integrado da solução**. A contratação abrangerá, de forma indissociável, os seguintes serviços:

1. assessoria técnica em viagens institucionais;
2. cotação de passagens aéreas;
3. reserva de voos;
4. emissão de bilhetes;
5. alteração de passagens;
6. cancelamento de bilhetes;
7. solicitação e acompanhamento de reembolsos;
8. suporte operacional contínuo;
9. geração de relatórios gerenciais e financeiros.

7.4. Todos esses serviços constituem um único fluxo operacional, cuja fragmentação comprometeria a eficiência e a fiscalização, razão pela qual a solução prevê contratação única e integrada.

7.5. **Procedimentos de cotação.** A cotação deverá refletir exatamente os valores vigentes nos canais oficiais das companhias aéreas no momento da consulta e apresentar, de forma discriminada:

1. companhia aérea;
2. número do voo;
3. datas e horários;
4. origem e destino;
5. duração do voo;
6. escalas ou conexões;
7. valor da tarifa;
8. taxas aeroportuárias;
9. custos de bagagem, quando aplicáveis.

7.6. É **vedada** qualquer forma de:

1. simulação de tarifas;
2. ocultação de opções mais econômicas;
3. manipulação de disponibilidade;
4. apresentação de valores divergentes dos praticados pela companhia aérea.

7.7. A cotação deverá ser enviada à CONTRATANTE por meio dos canais oficiais e conter registro de data e hora, permitindo posterior auditoria.

7.8. **Procedimentos de reserva.** Após a escolha da opção mais vantajosa pela CONTRATANTE, a contratada deverá:

1. realizar a reserva do voo;
2. informar o localizador, a data e hora de validade da reserva;
3. manter a reserva estritamente nos valores cotados.

7.9. Caso o prazo de validade da reserva expire sem autorização de emissão, a contratada deverá informar formalmente a ocorrência e reiniciar o procedimento de cotação, sem ônus adicional.

7.10. **Procedimentos de emissão.** A emissão do bilhete somente poderá ocorrer após autorização expressa da CONTRATANTE. A contratada deverá:

1. emitir o bilhete no prazo máximo estabelecido no ETP/TR;
2. encaminhar o comprovante de emissão;
3. garantir que o valor final seja idêntico ao cotado e reservado;
4. disponibilizar todos os dados necessários para inserção e conferência no SCDP.

7.11. Qualquer divergência de valor deverá ser imediatamente justificada, sob pena de glosa e aplicação de sanções.

7.5. **Procedimentos de alteração de passagens.** A alteração de bilhetes dependerá sempre de nova cotação prévia, apresentada à CONTRATANTE e de análise comparativa entre o custo da alteração e o custo de cancelamento seguido de nova emissão.

7.6. A contratada deverá indicar, de forma clara, qual é a alternativa mais vantajosa à Administração, considerando multas, diferenças tarifárias e eventuais créditos.

7.7. Quando a alteração gerar crédito, a contratada deverá providenciar imediatamente o reembolso junto à companhia aérea, apresentar nota-crédito e permitir a glosa correspondente na fatura.

7.8. **Procedimentos de cancelamento.** O cancelamento de passagens poderá ser solicitado pela CONTRATANTE via SCDP, por e-mail ou por outros canais oficiais de atendimento. A contratada deverá:

1. efetuar o cancelamento no menor prazo possível, preferencialmente em até 1 (uma) hora, visando evitar cobranças de no-show;
2. informar se há direito a reembolso;
3. indicar o valor reembolsável, multas e taxas aplicáveis.

7.9. Em caso de cancelamento por iniciativa da companhia aérea, a contratada deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE e apresentar alternativas viáveis de solução, como remarcação ou nova emissão.

7.10. **Procedimentos de reembolso.** Nos casos de cancelamento, alteração ou no-show, a contratada deverá, adotar todas as providências necessárias para obtenção do reembolso, acompanhar o processo até sua efetivação e apresentar relatório detalhado contendo:

1. identificação do passageiro;
2. dados do voo;
3. valor pago;

4. valor da multa;
5. valor do crédito;
6. prazo de restituição.

7.11. O reembolso deverá ocorrer preferencialmente por glosa em fatura, não sendo devida qualquer remuneração adicional pela execução dessa atividade.

7.12. **Atendimento e suporte operacional.** A contratada deverá manter atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados, por meio de:

1. telefone;
2. e-mail;
3. WhatsApp corporativo;
4. sistema próprio (quando houver).

7.13. Todo atendimento não realizado por e-mail deverá gerar protocolo rastreável, com registros de abertura e encerramento, impedida qualquer manipulação posterior.

7.14. **Relatórios e controle gerencial.** A contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo, no mínimo:

1. bilhetes emitidos;
2. alterações realizadas;
3. cancelamentos;
4. reembolsos pendentes e efetivados;
5. valores faturados;
6. indicadores de desempenho.

7.15. Esses relatórios subsidiarão auditorias internas, cálculo do IMR, fiscalização contratual e tomada de decisão pela Administração.

7.16. **Salvaguardas contratuais e aprendizado institucional.** A solução ora proposta incorpora expressamente as lições aprendidas com o contrato anterior, reforçando detalhamento procedimental, rastreabilidade integral, segregação clara entre repasse tarifário e remuneração, redução da assimetria informacional e fortalecimento da fiscalização.

7.17. Dessa forma, a solução promove maior eficiência na execução contratual, segurança jurídica, transparência e proteção ao erário, atendendo plenamente às necessidades da SRE/TO.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantidades e valores para a presente contratação foi elaborada com base em dados históricos de emissão de passagens aéreas, relatórios de bilhetes efetivamente emitidos, bem como na justificativa constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD), considerando ainda o cenário atual de aumento no valor das tarifas aéreas e o crescimento da demanda institucional por deslocamentos.

- 7.2. **Fundamentação da necessidade.** A Administração Pública Federal, visando à execução de atividades relacionadas à fiscalização de obras e serviços, capacitação de servidores, participação em congressos, conferências e reuniões técnicas, depende de transporte aéreo como meio essencial para viabilizar o desempenho de suas atribuições.
- 7.3. A opção pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos associados à redução do tempo de deslocamento, à segurança do passageiro e ao melhor custo-benefício, quando comparado a outras modalidades para deslocamentos interestaduais.
- 7.4. **Histórico de consumo e projeção de demanda.** Com base em relatórios consolidados de passagens emitidas, constatou-se que foram emitidas 101 (cento e uma) passagens, com valor médio unitário de R\$ 2.214,34 (dois mil e duzentos e catorze reais e trinta e quatro centavos). O valor médio reflete o comportamento recente do mercado, marcado por variações tarifárias relevantes, influenciadas por fatores como sazonalidade, oferta restrita de voos e aumento de custos operacionais do setor aéreo.
- 7.5. Com o aumento da demanda institucional, a ampliação das atividades finalísticas do DNIT/TO, o crescimento do valor médio das passagens e o fato de que o contrato atual teve consumo acelerado, exigindo aditamento de 25% (vinte e cinco por cento), estima-se, de forma prudente e tecnicamente justificada, a necessidade de **150 (cento e cinquenta) emissões anuais**, número compatível com as demandas previstas.
- 7.6. Ressalta-se que a estimativa representa previsão máxima, não gerando obrigação de consumo mínimo, uma vez que a execução do contrato ocorrerá sob demanda, conforme as necessidades efetivas da Administração.
- 7.7. Com base no valor médio unitário histórico de R\$ 2.214,34 (dois mil e duzentos e catorze reais e trinta e quatro centavos) por passagem aérea, a projeção inicial indicaria um montante aproximado de R\$ 332.151,00 (trezentos e trinta e dois mil, cento e cinquenta e um reais). Todavia, considerando a volatilidade do mercado aéreo, a tendência de elevação dos custos das passagens, a necessidade de garantir saldo contratual suficiente para atendimento contínuo das demandas da SRE/TO e a experiência recente de consumo acelerado do contrato anterior, adotou-se estimativa global mais conservadora, fixando-se o valor estimado da contratação em **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**.
- 7.8. Essa estimativa funciona como teto financeiro contratual, não implica obrigação de gasto integral, assegura margem para absorver oscilações tarifárias e picos de demanda e reduz o risco de interrupção do serviço por insuficiência de saldo.
- 7.9. O valor global estimado compreende **taxa de administração por transação (objeto da disputa) e repasse dos valores das tarifas aéreas, taxas de embarque e encargos cobrados pelas companhias aéreas (não sujeitos à disputa)**.
- 7.10. Os pagamentos ocorrerão exclusivamente em função dos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados, observada a segregação entre remuneração da contratada e valores repassados às companhias aéreas.
- 7.11. Conclui-se que a estimativa de quantidades e valores apresentada está lastreada em dados históricos reais, considera o contexto operacional atual da SRE/TO, incorpora margem de segurança compatível com a volatilidade do setor, atende ao princípio do planejamento adequado previsto na Lei nº 14.133/2021 e assegura viabilidade financeira e continuidade da prestação dos serviços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 450.000,00

8.1. Em atenção ao item anterior, a estimativa do valor da contratação é de **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, conforme tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	1	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende: a. assessoria técnica em viagens institucionais; b. cotação de passagens aéreas; c. reserva de voos; d. emissão de bilhetes; e. alteração de passagens; f. cancelamento de bilhetes; g. solicitação e acompanhamento de reembolsos; h. suporte operacional contínuo;	UNID	150	5,00	750,00

		i. geração de relatórios gerenciais e financeiros.				
	2	Repasse voos domésticos. O serviço compreende o repasse dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão de emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.	UNID	150	2.995,00	449.250,00
TOTAL ANUAL						450.000,00

8.2. O valor de repasse (item 2) não será objeto de disputa.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação **não admite parcelamento do objeto**, uma vez que os serviços de agenciamento de passagens aéreas constituem um conjunto integrado e indivisível de atividades, envolvendo assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento, reembolso e suporte operacional contínuo, cuja fragmentação comprometeria a eficiência da execução, a rastreabilidade das operações, a fiscalização contratual e a responsabilização por eventuais falhas. Ademais, a remuneração por taxa de administração está vinculada à execução integrada desses serviços, de modo que o não parcelamento se mostra tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e juridicamente justificado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto desta contratação se encontra previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme descrição a seguir:

1. ID PCA PNCP: 04892707000968-0-000001/2026
2. Data de publicação no PNCP: 13/06/2025
3. Id do item no PCA: 51
4. Classe/Grupo: 661 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS
5. Identificador da Futura Contratação: 393023-30/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de agenciamento de passagens aéreas proporcionará benefícios diretos e indiretos à SRE/TO, especialmente no que se refere à continuidade das atividades institucionais, à eficiência administrativa e ao fortalecimento da governança contratual.

12.2. Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

1. Garantia de continuidade das atividades finalísticas da SRE/TO, assegurando o deslocamento de servidores para fiscalizações, reuniões técnicas, capacitações e demais compromissos institucionais, sem riscos de descontinuidade do serviço;
2. Maior eficiência operacional, com atendimento especializado, ágil e contínuo, inclusive em horários fora do expediente, finais de semana e feriados, compatível com a natureza das demandas do órgão;
3. Transparência e controle dos gastos públicos, a partir da adoção de modelo de remuneração por taxa de administração fixa por transação, com segregação clara entre a remuneração da contratada e os valores repassados às companhias aéreas;
4. Redução significativa dos riscos de fraude e prejuízo ao erário, mediante a eliminação do critério de maior desconto, a padronização dos procedimentos operacionais, a rastreabilidade das operações e a implementação de auditorias e indicadores objetivos de desempenho;
5. Simplificação da fiscalização e do atesto, permitindo maior confiabilidade na validação dos serviços prestados e reduzindo a assimetria de informações entre a Administração e a contratada;
6. Melhoria da segurança jurídica da contratação, com regras claras, procedimentos detalhados e salvaguardas contratuais alinhadas às boas práticas e às exigências da Lei nº 14.133/2021;
7. Otimização do uso dos recursos públicos, ao evitar contratações emergenciais, aditivos frequentes ou interrupções de saldo contratual, contribuindo para planejamento mais eficiente e previsível.

12.3. Em síntese, a contratação possibilitará à SRE/TO restabelecer e manter um modelo de gestão de passagens aéreas mais seguro, eficiente, transparente e compatível com as necessidades institucionais, incorporando as lições aprendidas com experiências anteriores e promovendo a melhoria contínua da atuação administrativa.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando a natureza do objeto — prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas —, não foram identificados impactos ambientais diretos relevantes decorrentes da contratação em si, nos termos do Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), uma vez que o contrato não envolve fornecimento de bens, obras ou serviços intensivos em recursos naturais.

14.2. Os eventuais impactos ambientais indiretos, associados à utilização do transporte aéreo, decorrem da própria atividade institucional da Administração Pública e não são mitigáveis por meio da modelagem da contratação do serviço de agenciamento, que se limita a intermediar emissões necessárias à execução das atividades finalísticas do órgão.

14.3. Ainda assim, a solução proposta contribui indiretamente para práticas mais sustentáveis ao:

1. priorizar a racionalização dos deslocamentos,
2. exigir cotação das opções mais eficientes, quando possível,
3. e permitir melhor planejamento e controle das viagens, evitando emissões desnecessárias.

14.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação não enseja impactos ambientais significativos, sendo compatível com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis ao objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto neste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO CARLOS ARAGAO ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 01:08:17.

ROMARIO OLIVEIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação